



«ARQUIVOS DA NOSSA HISTÓRIA»

Um serviço público...

Segundo o dicionário de terminologia arquivística de 2004, arquivo é “o conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, independente da natureza do suporte” e que, etimologicamente, provém do grego “archeion” que por sua vez seria composto de dois elementos: ARKHAIOS, antigo e EPO, dispor, ter cuidado, e deu origem em latim a “archivum”.

Investigadores/historiadores datam a origem dos arquivos, como forma espontânea, aquando do início da escrita e como exemplo disso são o Palácio de Elba na Síria, e o Arquivo do Templo de Medinet no Egito.

Mais tarde, com a civilização grega e com a fixação das populações, são criados os primeiros Arquivos como instituição, onde se guardavam os documentos oficiais, missivas, assentos contabilísticos, tratados, textos literários, leis, relatos históricos, contratos, testamentos, etc., concentrando-se alguns deles no Metroon, no Templo de Cibele.

Com a complexificação da sociedade, das relações e da constante produção de informação, acresce a consciência de conservar para uso futuro, como testemunho e comprovativo de algo.

Em Roma, o primeiro Arquivo chamou-se “Tabularium”, e situava-se no Fórum romano. Era o arquivo oficial da Roma Antiga, e também alojava os escritórios dos vários funcionários públicos.

Em Portugal, por volta do ano de 1325, no reinado de D. Fernando, é criado o Arquivo do Estado Português, funcionando como “guardador” de memórias de documentos como: forais, livros de chancelaria, sentenças judiciais, testamentos, etc., situando-se numa das torres do Castelo de São Jorge denominada Torre do Tombo (Torre do Arquivo) e que ali permaneceu até 1755, por altura do grande terramoto que atingiu Lisboa.

Foram responsáveis (guardas-mores e cronistas) pelo Arquivo Real, Fernão Lopes (1418), Gomes Eanes de Zurara (1454), Rui de Pina (1497), Fernão de Pina (1523) e Damião de Góis (1548).

Tendo este Arquivo também passado pelo Mosteiro de São Bento, desde 1990 que a Torre do Tombo é um moderno edifício, sito na Cidade Universitária em Lisboa, abrangendo três grandes áreas: serviços administrativos, eventos culturais, arquivo e investigação.

O Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), recentemente incorporado na Direção Geral de Arquivos, é um organismo público de âmbito nacional, tutelado pelo Ministério da Cultura.



Conserva um universo diversificado de património arquivístico, incluindo documentos originais desde o séc. IX até aos dias de hoje, nos mais diversos suportes, cumprindo a sua principal missão de salvaguarda, valorização e divulgação desse património.

Os arquivos abarcam a memória política, económica, social e cultural de um país. A sua função deve ser não só de preservação, mas também a prestação de um serviço público, disponibilizando informação a todos aqueles que a solicitarem.

É importante fazer uma distinção entre os arquivos definitivos, que englobam a documentação histórica de conservação permanente, e arquivos correntes/intermédios, que guardam documentação com valor probatório, a ser conservada pelo período legalmente estabelecido.

A Caixa Geral de Depósitos, para além do Arquivo Intermédio, é detentora de documentação histórica de grande importância, sendo esta, formada por um espólio secular (anterior à própria fundação da CGD em 1876), e representada por um conjunto documental único, constituindo assim uma prova viva da evolução socioeconómica do país. Do seu acervo documental fazem parte os fundos da Caixa Geral de Depósitos, da Caixa Nacional de Previdência e do ex-Banco Nacional Ultramarino.

Desde a sua integração, em 2001, no Gabinete de Imagem e Comunicação (GIC), o Arquivo Histórico tem vindo a desenvolver uma série de tarefas (reorganizar, seleccionar, classificar e informatizar), para que a documentação possa ser consultada.

Está inserido no Gabinete de Património Histórico (GPH) desde 2008, constituindo este, um órgão do primeiro nível da estrutura orgânica da CGD, dependendo diretamente do Conselho Administração, tendo sido definidos, na mesma altura, como objetivos principais a conservação, a organização e a divulgação do seu património.

Com regulamento próprio, pelo qual se rege, presta um serviço ao público, de disponibilização de um conjunto significativo de documentos, sendo de grande valia para estudos político-económicos.

Sónia Bonacho

Gabinete de Património Histórico da Caixa Geral de Depósitos

Março de 2012



Galeria de imagens



1. Interior do Tabularium



2. Palácio de S. Bento - Lisboa



3. Castelo de S. Jorge – Lisboa



4. Torre do Tombo - Lisboa



5. Depósito do Arquivo da Caixa Geral de Depósitos - Lisboa